

Relatório e Contas Fundação Altice

2021

ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	3
A FUNDAÇÃO ALTICE	4
ÓRGÃOS SOCIAIS.....	5
A FUNDAÇÃO ALTICE EM NÚMEROS	6
ATIVIDADES	7
TECNOLOGIA E CONHECIMENTO	9
ACESSIBILIDADE E BEM ESTAR	12
ARTE.....	17
INTERVENÇÃO SOCIAL.....	20
CONTAS	22
ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA.....	23
GESTÃO DA FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL	25
PERSPECTIVAS FUTURAS.....	26
INFORMAÇÕES LEGAIS	27
PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS.....	28
INFORMAÇÕES RELEVANTES E SUBSEQUENTES	29
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS	30
INFORMAÇÕES ÚTEIS	61

MENSAGEM DO PRESIDENTE

A Fundação Altice consolidou em 2021 a sua estratégia, alavancando no rigor, transparência e maior eficiência, o caminho para implementar os seus projetos nas áreas da Tecnologia para a Comunicação e Conhecimento, Acessibilidade e Bem-estar e Arte.

Mesmo num contexto atípico e marcado pelos contínuos efeitos da pandemia, que escalou e agravou a crise económica e social em que o País atravessava, foi necessário encontrar e experienciar outras formas de dar respostas às necessidades de solidariedade comunitária, que se impuseram.

A Fundação Altice, continua atenta a estas situações e procura, de forma continuada, promover a capacitação das instituições parceiras, de modo a que também elas consigam produzir resultados, estruturados e com impacto direto e positivo, na vida das pessoas que fazem uso das suas competências.

O Relatório e Contas que aqui se apresenta, enuncia as principais atividades, iniciativas e projetos desenvolvidos pela Fundação Altice ao longo de 2021, de forma simples e intuitiva, dando, também, a conhecer a sua realidade económica e financeira.

Por último, agradecemos à nossa Instituidora, Altice Portugal, aos nossos parceiros, aos nossos voluntários e colaboradores que diariamente trabalham connosco na construção de uma sociedade mais plural e inclusiva.

Alexandre Fonseca

Presidente da Fundação Altice Portugal

A FUNDAÇÃO ALTICE

A Fundação Altice Portugal (adiante designada por “Fundação Altice” ou “Fundação”) foi constituída em 11 de março de 2003 com o objetivo de proporcionar uma melhor coordenação às atividades, até então desenvolvidas por várias empresas do Grupo Portugal Telecom, em domínios de intervenção social e apoio ao desenvolvimento, tais como os incentivos à promoção da sociedade da informação, o combate à infoexclusão e o apoio a cidadãos com necessidades especiais de comunicação, e a promoção da cultura e do mecenato social, centralizando também as participações do Grupo Portugal Telecom noutras fundações e instituições que intervêm nestes domínios.

Com a venda, em 2015 da PT Portugal ao Grupo Altice, a Fundação Altice manteve o mesmo objetivo, relativamente às empresas do Grupo Altice Portugal.

ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho Geral

Ao Conselho Geral compete, entre outras atribuições, definir e estabelecer as grandes orientações estratégicas de médio e longo prazo, pronunciar-se sobre a política geral de funcionamento da Fundação Altice e eleger os vogais do Conselho de Administração Executivo e o Órgão de Fiscalização.

- Presidente do Conselho de Administração da Altice Portugal, S.A., que presidirá
- Presidente do Conselho de Administração da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Altice Labs, S.A.
- Até dois colaboradores indicados pela Altice Portugal, S.A.
- Até cinco individualidades de reconhecido mérito e competência, designadas por cooptação pelos restantes membros do Conselho Geral.
- Pessoas coletivas que venham a ser convidadas, mediante deliberação do Conselho Geral.

Conselho de Administração Executivo

Ao Conselho de Administração Executivo cabem as funções estabelecidas nos estatutos, destacando-se: assegurar a administração da Fundação Altice; elaborar planos de atividade; adotar o relatório da atividade, o balanço e as contas; definir a organização interna e ser responsável pela gestão da atividade da Fundação Altice.

- Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca (presidente)
- Ana João de Castro Dias Vieira Figueiredo (vogal)
- David Drahi (vogal)
- João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva (administrador delegado executivo)

Órgão de Fiscalização

O Órgão de Fiscalização, presentemente Fiscal Único, é responsável por acompanhar a atividade do Conselho de Administração Executivo, zelar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias da Fundação Altice, bem como verificar a exatidão das contas anuais e a regularidade da escrita e documentação.

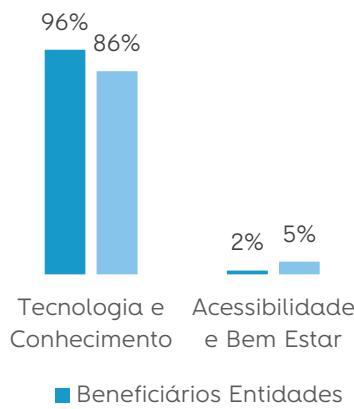
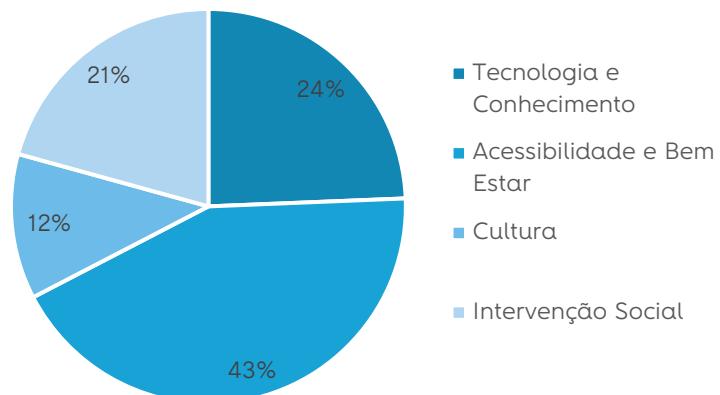
- KPMG & Associados - Sociedade De Revisores Oficiais De Contas, S.A.. (efetivo).
- Pedro Jorge Quental e Cruz (suplente).

A FUNDAÇÃO ALTICE EM NÚMEROS

2021

3,22M €

INVESTIMENTO
GLOBAL



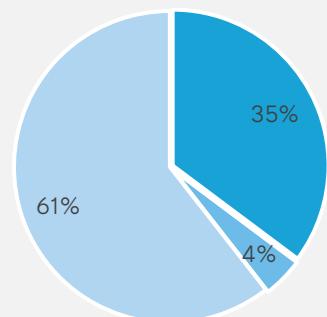
2.690

ENTIDADES

491 MIL

BENEFICIÁRIOS

71
CANDIDATURAS
APOIADAS



- Tecnologia e Conhecimento
- Acessibilidade e Bem Estar
- Cultura
- Intervenção Social



ATIVIDADES 2021

Durante o ano 2021, em cumprimento com orientação estratégica definida, a Fundação Altice procurou, no desenvolvimento da sua atividade, uma aproximação às recomendações nacionais e europeias nos domínios da Responsabilidade Social e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, reforçando a sua aposta em programas e iniciativas na área do conhecimento e tecnologia, bem como na área da acessibilidade às comunicações, que permitam a todos uma maior autonomia e melhoria de qualidade de vida.

Ainda numa continuidade das diretrizes de segurança relativas à pandemia Covid-19, a Fundação Altice adaptou os modelos e iniciativas, outrora presenciais, para modelos à distância, nomeadamente ações de sensibilização em escolas, como as dos projetos *Comunicar em Segurança* e *Khan Academy*.

TECNOLOGIA E CONHECIMENTO

A Fundação Altice deu continuidade aos seus projetos e parcerias na área da educação, mantendo um papel ativo como agente de mudança e capacitação em todas as zonas do país, mesmo nas mais remotas, promovendo uma educação cada vez mais inclusiva, nos domínios formal e informal, contribuindo para a inclusão escolar dos cidadãos portadores de deficiência ou de doença severa incapacitante, para a dinamização de programas que incentivem o sucesso escolar e uma maior literacia digital, e tendo como principal alavanca as novas tecnologias de informação e comunicação.

KHAN ACADEMY

A Khan Academy é uma ONG cujo objetivo é oferecer uma educação de qualidade a qualquer pessoa, em qualquer lugar e de forma gratuita, através de uma plataforma educativa e interativa *online*. Desde 2013 que a Fundação Altice tem garantido a tradução e adaptação dos conteúdos originais disponíveis na plataforma americana para a realidade educativa e língua portuguesa, com a supervisão e certificação da Associação de Professores de Matemática, das Sociedades Portuguesas de Matemática, Física e Química e da INOVEDUC.

A plataforma está disponível com acesso livre e gratuito em <https://pt-pt.khanacademy.org/> e contém exercícios e vídeos na área da matemática, desde o 1.º ciclo ao ensino secundário, mas também algumas matérias das áreas da Física, Química e Biologia. Os vídeos estão também disponíveis no site da Fundação Altice, no SAPO Vídeo e no YouTube.

A Fundação Altice promove ações de formação de curta duração e oficinas dirigidas, sobretudo, a professores, em parceria com a Direção Geral da Educação e com a Educom, e workshops dirigidos a professores, pais e alunos. A partir de março todas as formações passaram a decorrer online.

COMUNICAR EM SEGURANÇA

A Fundação Altice tem desenvolvido, desde 2009, um programa de sensibilização de alunos, professores e encarregados de educação sobre a temática da literacia na área das tecnologias da informação (TI) e sobre a utilização responsável e segura da Internet.

Este programa é composto por ações de sensibilização, dirigidas a todos os ciclos de ensino, pais e seniores, asseguradas por uma equipa interna da Fundação Altice e por colaboradores Altice, em regime de voluntariado empresarial, por uma peça de Teatro desenvolvida em salas de espetáculo disponibilizadas por municípios, dirigida a alunos a partir do 3.º ciclo, e ainda, por um conjunto de recursos pedagógicos digitais (brochuras, vídeos, jogos, etc.) desenvolvidos para cada um dos diferentes graus do ensino, para encarregados de educação e também para a população sénior. A partir de março todas as sessões (sensibilização e teatro) passaram a decorrer online.

A Fundação Altice tem estabelecido diversas parcerias com entidades nacionais, que permitem uma maior abrangência e divulgação deste programa, nomeadamente a PSP - Policia de Segurança Pública, a ANPRI - Associação Nacional de Professores de Informática, a RBE - Rede de Bibliotecas Escolares e a FCT - Fundação da Ciência e Tecnologia - Centro de Internet Segura.

CAMPUS by Fundação Altice

O Campus by Fundação Altice é uma plataforma para partilha colaborativa de conteúdos (blogs, fotos, vídeos, links) de forma integrada, com a possibilidade de criação de grupos com diversas restrições de privacidade/segurança num contexto aplicado à escola/universidade.

O Campus by Fundação Altice constitui uma abordagem inovadora para responder às necessidades de comunicação e colaboração em instituições ou projetos, sendo classificada como uma “plataforma de aprendizagem informal” em especial no contexto educativo.

Desde 2012, está a ser utilizada em escolas do primeiro ciclo ao secundário. Em 2017, a Fundação Altice passou a suportar os custos de desenvolvimento e de suporte operacional desta plataforma integrando-a nas suas iniciativas para a Educação. Em Setembro de 2019, foi lançada uma nova versão da plataforma Campus by Fundação Altice com total redesenho da interface, significativas melhorias nas funcionalidades e alterações infraestruturais.

Em 2020, deu-se início a desenvolvimentos nesta plataforma para integração da Teleaula, visando uma estratégia unificadora das soluções da Fundação Altice para a Educação inclusiva. Esta nova versão está disponível desde o início do ano letivo 21/22.

PLATAFORMA FORMARE

A plataforma *Formare*, desenvolvida pela Altice Labs, possibilita a formação e ensino à distância. A Fundação Altice tem utilizado esta plataforma para a formação específica de técnicos de saúde e de educação envolvidos nos projetos para a inclusão digital das pessoas com necessidades especiais, bem como em ações para desenvolvimento de competências na área de intervenção social.

A lista de cursos que esteve disponível na plataforma *Formare* em 2021 foi a seguinte: AMCV - Violência Doméstica, *Junior Achievement Portugal* - (Família, A Comunidade, Europa e eu, A Empresa, Economia para o Sucesso e É o meu Negócio), *Grid3 Básico*, *Grid3 Avançado* e *PC Eye Go*.

ensinar programação aos seus alunos através de jogos, vídeos e exercícios interativos integrados num currículo de 30 aulas. Os conteúdos estão alinhados com as matérias de outras disciplinas e ainda com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas (ODS). A Fundação Altice assumiu-se como investidor neste projeto no âmbito de uma candidatura a um Título de Impacto Social.

APOIO A PROJETOS E INICIATIVAS

UBBU | Academia de Código

A UBBU é um projeto da Academia de Código que tem como objetivo preparar as crianças para uma sociedade digital através do ensino da Ciência da Computação e Programação. Pretende contribuir para o posicionamento de Portugal na vanguarda do desenvolvimento do pensamento computacional, tornando o aumento da literacia digital um objetivo nas escolas públicas. Através de uma plataforma *online*, professores de qualquer área são capazes de

ACESSIBILIDADE E BEM ESTAR

Desenvolver e apoiar projetos inovadores, tecnologias de acesso às telecomunicações e à comunicação, para públicos com incapacidade ou em situação de vulnerabilidade, são premissas basilares na atuação da Fundação Altice.

De forma contínua, a Fundação Altice envolve-se na construção de uma sociedade portuguesa mais equilibrada procurando incrementar, mediante a realização de parcerias com instituições e organismos, a autonomia dos cidadãos com necessidades especiais facilitando a utilização de soluções tecnológicas de acessibilidade.

PROGRAMA INCLUI

O Programa Inclui, único em Portugal, tem como objetivo tornar os dispositivos móveis e computadores acessíveis, tornar a comunicação acessível e melhorar as condições de vida e a autonomia das pessoas com incapacidade.

Trata-se do mais completo programa de apoio e acessibilidade às comunicações dos cidadãos portadores de deficiência ou necessidades especiais, através de tecnologias de informação e comunicação existente em Portugal e de que tenhamos conhecimento, no mundo.

O programa divide-se em três grandes áreas:

Serviços: Subsídiação parcial das mensalidades de todos os tipos de serviços MEO, para pessoas com deficiência, incapacidade ou em situação vulnerável.

Soluções: Subsídiação parcial de produtos líderes de Mercado que permitem a acessibilidade digital e a comunicação aumentativa ao computador, telemóvel, tablet e telefone fixo.

Iniciativas: Tecnologias e iniciativas desenvolvidas por iniciativa da Fundação Altice e livremente disponibilizadas a todos os que delas necessitam.

Destacam-se as seguintes:

[Magic Contact](#)

Considerando que a utilização de *smartphones* e *tablets Android* apresenta dificuldades a utilizadores com limitações motoras dos membros superiores, a Fundação Altice desenvolveu o *Magic Contact*, uma aplicação inovadora e gratuita que permite ultrapassar essas limitações, nomeadamente em casos de afetação da motricidade fina (ex.: paralisia cerebral) e de falta de mobilidade dos membros superiores (ex.: tetraplégicos, doentes com ELA). Além da realização de chamadas de voz, envio de SMS ou acesso à internet, a aplicação inclui ainda ferramentas para a Comunicação Alternativa e Aumentativa de pessoas com dificuldades na fala (ex.: paralisia cerebral, vítimas de AVC).

Esta aplicação foi desenvolvida através de uma metodologia denominada de “Desenho centrado no utilizador” que envolveu testes de usabilidade com um variado painel de potenciais utilizadores finais com diversos níveis de afetação, assim como os seus terapeutas e cuidadores, e foi lançada no final de 2014, na loja *online Google Play*, tendo conseguido rapidamente um significativo sucesso. Desde então, foram efetuados dezenas de *workshops* por todo o país, destinados aos técnicos e cuidadores de instituições de apoio às pessoas com deficiência neuromotora e de escolas do 1º ao 3º ciclo.

Em dezembro de 2018, a aplicação passou a disponibilizar um novo modo de acesso, interação linha-coluna e foram realizadas alterações significativas a nível semântico (ex. “botões” de uma tabela passaram a “células”, modo “Zonas” passou a “Ampliação”). A aplicação também foi preparada para facilmente ser traduzida noutras línguas. Todas estas alterações foram feitas na mais recente versão da aplicação, a 3.0. Em junho de 2019, foi lançada a versão *Magic Contact Lite*, uma versão mais simples, com foco na comunicação aumentativa.

Durante o ano letivo 2019/20, dois alunos do Politécnico da Guarda desenvolveram, no âmbito do trabalho final de curso da Licenciatura em Informática, a versão *online* das Tabelas de Comunicação. Este trabalho deu origem à escrita de um artigo científico que foi submetido à conferência AHFE 2020, em *San Diego*, nos Estados Unidos.

NOTA: devido a limitações impostas pela Google, as funcionalidades de chamadas de voz e SMS estão atualmente inibidas. Estamos a trabalhar no sentido de voltarmos a repor estas funcionalidades.

[Teleaula](#)

A solução *Teleaula* foi desenvolvida para facilitar a inclusão escolar de alunos com deficiência impedidos de se deslocarem regularmente à sala de aula, ou com doenças severas, nas fases de internamento hospitalar ou

em situação de convalescença prolongada já nas suas casas. Trata-se de uma solução de videoconferência adaptada ao meio escolar onde é possível o controlo remoto da câmara bem como a transferência de ficheiros e permuta de documentos entre alunos e professores.

A Fundação Altice tem protocolos estabelecidos com o Ministério da Educação, e com as Direções Regionais de Educação da Madeira e Açores, que garantem a avaliação e a seleção dos alunos beneficiários desta solução.

Em 2017, a Fundação Altice promoveu o desenvolvimento de uma versão "WEB", simplificando as operações e permitindo que a Teleaula chegue mais rapidamente a mais alunos. Foram iniciadas diversas melhorias nesta versão, nomeadamente para disponibilizar as seguintes funcionalidades: indicadores, utilização da Teleaula por vários alunos em simultâneo, gravação e transferência das sessões de Teleaula.

[Audiozapping](#)

Permite que os cegos tenham um retorno auditivo de diversas funções do comando MEO TV, como por exemplo ao mudar de canal é verbalizado qual o número e o nome do canal através do som do equipamento de TV.

[Academia LGP](#)

A Academia LGP disponibiliza à comunidade surda centenas de vídeos de matemática, físico-química e história e Educação Visual e

Tecnológica. Os vídeos estão em formato bilingue, ou seja, em português e em Língua Gestual Portuguesa (LGP).

Através deste projeto são difundidos novos gestos (neologismos) propostos para os conceitos escolares. O projeto permite dar um salto qualitativo na comunicação e proximidade com a comunidade surda, bem como um maior conhecimento da língua gestual.

Este projeto decorre de uma parceria com o Centro de Educação e Desenvolvimento Jacob Rodrigues Pereira (CEDJRP).

[Atendimento a Surdos nas Lojas MEO](#)

Em dezembro de 2016, foi inaugurado um piloto de atendimento presencial a surdos, iniciativa pioneira em Portugal no espaço de atendimento público e que resulta da colaboração entre a Fundação Altice e a Serviin. A solução, totalmente gratuita, é feita recorrendo ao serviço de vídeo-interpretação Serviin, e foi disponibilizada inicialmente em três pontos de venda MEO: Picoas (Lisboa), Oriente (Lisboa) e Boavista (Porto), facilitando assim a comunicação entre a comunidade surda e a comunidade ouvinte.

Em 2017, fez-se o alargamento definitivo do serviço de atendimento presencial a surdos a uma loja MEO em cada distrito (havendo em Lisboa três espaços). Estas lojas passam a contar com a presença de um profissional especializado que intermedia a relação entre o cliente

surdo e o intérprete de Língua Gestual Portuguesa que se encontra do outro lado da linha.

Através do Programa Inclui, temos parcerias ativas com organizações como as Associações Portuguesas de Paralisia Cerebral (25 delegações), CRTIC (centro de prescrição de tecnologias de acessibilidade para escolas), RBE (Rede de Bibliotecas Escolares) ou APELA (Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica) para a disponibilização de serviços e tecnologias.

Este programa está disponível nas Lojas MEO ou através do contacto direto com a Fundação Altice.

APOIO A PROJETOS E INICIATIVAS

[Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica](#)

A Fundação Altice e a Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica (APELA) mantêm ativo um protocolo de apoio que disponibiliza um banco de produtos de apoio à comunicação, constituído por 20 Grid3, 21 PC Eye mini e 10 tablets. Estas tecnologias são cedidas aos doentes com ELA, mediante avaliação do estado da doença e condição socioeconómica.

[Rede de Bibliotecas Escolares](#)

A Fundação Altice celebrou, em 2012, um protocolo com a Rede de Bibliotecas Escolares no âmbito do qual apoia a criação de Núcleos de Acessibilidade, com vista à integração de alunos com necessidades educativas especiais entre o 1.º e o 3.º ciclos, ao abrigo do qual as bibliotecas escolares têm vindo a ser dotadas de vários equipamentos informáticos disponibilizados pela Fundação Altice, tais como computadores portáteis e tablets com sistemas de software orientados para o acesso monitorizado às Tecnologias de Informação e Comunicação.

Para além das tecnologias, as bibliotecas são, deste modo, munidas dos recursos necessários para a leitura, o acesso, a utilização e a produção de informação: livros acessíveis (e-books, audiolivros, livros em braille), software de leitura, soluções de comunicação aumentativa, serviços e produtos destinados ao manuseamento do computador.

[Rede de Núcleos da Fundação Altice](#)

A rede de núcleos da Fundação Altice é constituída por centros abertos à comunidade, equipados com as tecnologias de apoio e acessibilidade, adaptadas aos diferentes tipos de deficiência e incapacidade. Esta rede resulta de diversas parcerias e protocolos que a Fundação Altice estabelece com IPSS's e órgãos da Administração Pública nas áreas da educação e saúde. No âmbito destas

parcerias, a Fundação Altice garante o fornecimento das tecnologias e a respetiva formação dos técnicos.

Em particular para os núcleos dos CRTIC (Centros de Recursos TIC do Ministério da Educação) e das Associações de Paralisia Cerebral do País, a Fundação Altice disponibilizou a cada: um tablet com a aplicação *Magic Contact* instalada para permitir a avaliação e treino dos jovens que dela necessitam.

ARTE

A Fundação Altice, inspirada na paixão pela arte, pela criatividade e pela inovação, assume o compromisso de ter um papel ativo neste domínio, especialmente na divulgação e promoção das expressões artísticas nacionais. Por outro lado, promove o acesso às artes e à cultura, definindo-se como elemento ativo na construção de uma sociedade contemporânea mais desenvolvida e alicerçada em valores da arte e da cultura onde a expressão pela arte se tem vindo a revelar sempre e cada vez mais como um dos seus testemunhos mais significativos.

COLEÇÃO DE ARTE CONTEMPORÂNEA

Foi no final dos anos 90, que teve início a constituição da coleção de arte contemporânea da Fundação Altice, depois de alguns anos de pesquisa e de criteriosa seleção, foi possível agrupar um conjunto de obras original e plasticamente relevante, coerente e dialogante, sem a obrigatoriedade de ter um conjunto exaustivo de nomes de artistas ou obedecer a parâmetros cronológicos rígidos. O resultado deste trabalho é agora um conjunto de obras abrangente, cujo ponto de partida se situa na década de 60, época que veio a ser marcante e decisiva na arte contemporânea. Hoje, esta Coleção de Arte Contemporânea é composta por uma importante seleção de obras, representando mais de meio século de arte portuguesa. Estão reunidos muitos nomes significativos da produção artística nacional com obras em diferentes suportes, linguagens e práticas, que vão da fotografia ao vídeo, do desenho à pintura e à instalação, permitindo assim, uma leitura abrangente das variadas e importantes vertentes artísticas marcadamente contemporâneas na arte plástica portuguesa.

Ao adquirir várias obras de arte, que se conectam numa coleção de arte contemporânea, não foi apenas um investimento, foi além do mais uma opção cultural, que provocou a

vontade da divulgação e partilha, num desafio que se iniciou em 2006, e se mantém vivo ainda hoje, proporcionando a sua divulgação numa itinerância constante pelo país de exposições de diferentes núcleos de obras da coleção.

Em 2021, foi realizada uma exposição de núcleo de obras da CAC com a Câmara Municipal de Viseu. Devido à pandemia, foi introduzida a novidade de fazer um *Webinar* com artistas da coleção.

NUCLEO MUSEOLÓGICO DE VILAR

O Núcleo Museológico foi criado em 1983, ano em que se automatizou a última Central telefónica, ligada ao grupo de redes do Porto. A rede de Vilar passou a ser servida por uma central telefónica automática, instalada num novo edifício construído para o efeito, tendo-se preservado o antigo edifício, com os respetivos equipamentos, para memória futura.

O Núcleo Museológico pretende dar a conhecer as primeiras centrais utilizadas na rede telefónica em Portugal, em finais do séc. XIX. Neste espaço é possível demonstrar como funcionava a tecnologia de comutação manual, suportada pela intervenção de telefonistas que estabeleciam as ligações telefónicas. As duas centrais ali instaladas serão de data aproximada à inauguração das redes telefónicas de Lisboa e Porto, que

ocorreu em 1882. Os visitantes têm oportunidade de conhecer estes os modelos de centrais telefónicas (o magnético ou de bateria local e o de bateria central), bem como alguns modelos de telefones antigos, podendo eles próprios experimentar os equipamentos.

Em 2021, devido à pandemia, o Núcleo Museológico esteve maioritariamente encerrado para visitas.

EXPOSIÇÕES EM ESPAÇOS ALTICE

Sendo a arte a expressão de comunicação superlativa, não só pela depuração de signos, mas por ser intemporal e internacional, a Fundação Altice marca também a sua atividade neste domínio, assegurando a realização de exposições mensais de diversas expressões artísticas, nos espaços da Andrade Corvo em Lisboa e da Tenente Valadim no Porto, com o objetivo primordial de se afirmar como um agente cultural no País, divulgando artistas de reconhecido valor no panorama artístico contemporâneo, mas também promover jovens talentos, como por exemplo uma exposição anual da escola Ar.Co de Lisboa, em que são convidados os artistas com Bolsas dadas pela Fundação Altice.

Esta atividade de mecenato às artes plásticas, na forma de cedência gratuita de espaços aos artistas que nos solicitam esse apoio, e de promoção do seu trabalho através da

divulgação das exposições na comunicação interna e externa, contribui para a afirmação da responsabilidade social da Fundação Altice.

Esta vontade de exposição em espaços da Altice, dos artistas é um reconhecimento não só do trabalho que a Fundação Altice tem vindo a fazer na dinamização e divulgação da arte mas, acima de tudo, um reconhecimento da importância e visibilidade pública cada vez maior da Coleção de Arte Contemporânea da Fundação Altice desde 2006.

Em 2021, devido à pandemia, toda esta atividade foi cancelada. Tendo sido criado um espaço de divulgação de artistas plásticos online.

leitura, sendo o acesso livre e gratuito e gestão das mesmas a cargo das organizações locais.

APOIO A PROJETOS E INICIATIVAS

Bolsas de Formação Artística | Escola Ar.Co

As Bolsas Fundação Altice Portugal de Formação Artística visam proporcionar 5 Bolsas de Estudo a alunos inscritos no Nível 3 dos cursos regulares de Desenho, Pintura, Cerâmica, Cinema/Imagem em Movimento, Ilustração/BD e Joalharia e no Nível 2 do curso regular de Fotografia. A bolsa representa a redução de 50% da propina do curso em questão.

CABINES

Aliando arte e cultura a símbolos emblemáticos das telecomunicações, a Fundação Altice associa-se a vários projetos que dão vida a antigas cabines telefónicas da Portugal Telecom. Até à data, foram convertidas 60 cabines em micro bibliotecas, além de outras iniciativas que utilizaram estes equipamentos outrora ligados apenas às comunicações, como é o caso do projeto Passa a Cabine, promovido pela ESAD do Instituto Politécnico de Leiria.

Estão localizadas estratégicamente em zonas de grande afluência, quer pela comunidade local quer pelos turistas, visando a promoção de hábitos de

INTERVENÇÃO SOCIAL

No âmbito da promoção de melhoria da qualidade de vida das populações, a Fundação Altice desenvolve programas e iniciativas, próprias ou em parceria com outras organizações, de âmbito local, regional ou nacional, utilizando os seus recursos (financeiros, voluntariado Altice e soluções TIC).

COMUNICAÇÕES APOIADAS

Durante o ano 2021, foram concedidos apoios em comunicações a diversas instituições, visando a promoção da igualdade de acesso aos conteúdos online como meio de apoio aos estudos, mas também de inclusão de pessoas em situação de especial vulnerabilidade e ainda como contributo para a sustentabilidade das próprias organizações apoiadas, destacando-se as seguintes: APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima, Associação DEMOS, Jardim Zoológico, CAIS, Associação QE, Associação Desenvolvimento Comunitário do Funchal - Garouta do Calhau, Associação Popular de Apoio à Criança, Associação Sara Carreira, Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga, CERCICAPER, Instituto de Apoio à Criança, Banco Alimentar e Entrajuda, etc.

VOLUNTARIADO

A Fundação Altice desenvolve iniciativas de voluntariado que têm por objetivo apoiar projetos/atividades em áreas carenciadas da comunidade ou do ambiente e também motivar os colaboradores e respetivas famílias para atividades de cidadania.

Em 2021, de acordo com as medidas de segurança divulgadas pela Direção Geral da Saúde, algumas das iniciativas foram suspensas,

nomeadamente as que não permitiram adaptação de modelos à distância.

APOIOS A PROJETOS E INICIATIVAS

[Gala dos Sonhos | Associação Sara Carreira \(ASC\)](#)

A Associação Sara Carreira tem como principal missão apoiar crianças e jovens com poucos recursos na concretização dos seus sonhos, fazendo-os evoluir e apoiando-os ao longo da sua formação, através de bolsas de estudo.

A Fundação apoiou a Associação com a implementação e um call center solidário para a realização da 1ª Gala dos Sonhos.

[+ON | Associação Mais Proximidade Melhor Vida \(AMPMV\)](#)

O Projeto +ON pretende mitigar o sentimento de solidão e isolamento nas pessoas idosas residentes na zona da Baixa de Lisboa e Mouraria, acentuado durante o período de pandemia, com recurso às novas tecnologias. Neste sentido, a Fundação Altice apoiou o piloto desta iniciativa com vista à sua testagem e implementação sustentável futura.

[Pulseiras Estou Aqui | Polícia de Segurança Pública](#)

À semelhança de anos anteriores, a Fundação Altice manteve o apoio ao

programa Estou Aqui! Adultos, destinado a proteger e dar apoio a quaisquer adultos que possam vir a ser encontrados na via pública em estado de especial vulnerabilidade, permitindo a sua correta identificação e o contacto célere com um familiar.

[Recolha de Sangue | Instituto Português do Sangue e da Transplantação](#)

A Fundação fez, a partir de março, divulgações regulares sobre a necessidade de reposição de sangue nos bancos de sangue, junto dos colaboradores Altice, mantendo o habitual compromisso de promoção de recolha de sangue nos principais edifícios da Altice, em parceria com Instituto Português do Sangue e da Transplantação; na impossibilidade de recolha física.

[Wave by Wave | Associação Portuguesa Surf for Good](#)

A Wave by Wave é uma iniciativa da Associação Portuguesa Surf for Good, uma associação sem fins lucrativos que tem por objeto social a intervenção multidisciplinar promotora do bem-estar e saúde mental baseada no surf. A Wave by Wave tem desenvolvido a sua intervenção, nomeadamente através de campos de surftherapy nas férias da Páscoa e Verão.



CONTAS 2021

ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

A análise efetuada em seguida deverá ser lida em conjunto com as demonstrações financeiras e as respetivas notas anexas. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Euros e foram preparadas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (SNC), para entidades do setor não lucrativo.

VARIAÇÃO PATRIMONIAL

A variação patrimonial da Fundação Altice nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi conforme se segue:

Demonstração da variação patrimonial	euros	
	2021	2020
Subsídios à exploração	4 010 868	3 458 611
Subsídios e donativos concedidos	(1 550 888)	(1 338 381)
Fornecimentos e serviços externos	(665 871)	(724 906)
Gastos com o pessoal	(945 083)	(1 101 466)
Outros rendimentos e ganhos	13 337	40
Outros gastos e perdas (imposto indiretos e taxas)	(39 043)	(29 181)
Gastos/reversões de depreciação e amortização	(167 879)	(173 883)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	655 441	90 834
Resultado operacional	655 112	90 549

Os subsídios à exploração correspondem, quase na totalidade, à contribuição regular dos Fundadores para o financiamento da atividade desenvolvida pela Fundação Altice.

Os subsídios e donativos concedidos traduzem os apoios prestados pela Fundação Altice a pessoas com necessidades especiais e a instituições nas áreas da Educação, da Literacia Digital, do Empreendedorismo e do Bem-Estar das populações em situação de elevada vulnerabilidade, da língua portuguesa, das artes e da cultura de raiz nacional. Os valores de 2021 aumentaram 16% em relação ao exercício anterior refletindo uma maior realização dos projetos da Fundação face ao cenário de pandemia verificado em 2020.

Os fornecimentos e serviços externos incluem, entre outras rubricas, os gastos com o aluguer do espaço de escritório, os serviços de comunicações, os serviços de suporte, marketing e os trabalhos especializados. A variação de -8% verificada em 2021 face a 2020 decorre essencialmente da menor realização associada aos Projetos Internos da Fundação Altice com destaque para a Plataforma *Campus by Fundação*, Programa Inclui e Comunicar em Segurança.

O valor dos gastos com o pessoal reflete a existência de 16 colaboradores, cedidos quase na totalidade por empresas do Grupo. Verificou-se uma diminuição desta rubrica de cerca de 14% face a 2020 em consequência das saídas de colaboradores que aderiram ao Programa Pessoa 2021 – programa voluntário de saídas no âmbito do Plano Organizacional Integrado de recursos humanos.

BALANÇO E ESTRUTURA PATRIMONIAL

O balanço da Fundação Altice em 31 de dezembro de 2021 e 2020 é conforme se segue:

Balanços	euros	
	2021	2020
Ativo não corrente	2 090 620	2 106 667
Ativo corrente	2 236 777	1 008 336
Total do ativo	4 327 397	3 115 003
Total dos fundos patrimoniais	2 654 669	1 999 557
Passivo corrente	1 672 728	1 115 446
Total do passivo	1 672 728	1 115 446
Total dos fundos patrimoniais e do passivo	4 327 397	3 115 003

O ativo não corrente inclui, essencialmente, o património artístico e outros bens recebidos dos Fundadores no ato de constituição da Fundação Altice. O ativo corrente inclui principalmente dívidas dos Fundadores resultantes da contribuição aprovada para o exercício de 2021 ainda não realizada.

As rubricas com maior valor no passivo corrente respeitam a dívidas a fornecedores, em que a dívida a empresas relacionadas representa 57% do total, e a credores por acréscimos de gastos.

GESTÃO DA FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL

Os órgãos da Fundação Altice Portugal são o Conselho Geral (“CG”), o Conselho de Administração Executivo (“CA”), o Administrador Delegado Executivo (“AD”) e o Órgão de Fiscalização (“OF”).

Compete ao CG, entre outras atribuições, definir e estabelecer as grandes orientações estratégicas de médio e longo prazo, pronunciar-se sobre a política geral de funcionamento da Fundação Altice e eleger os vogais do CA e o OF.

O CG é constituído pelo Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal, SGPS, S.A. (“PT PORTUGAL”), um Administrador Executivo da PT Portugal, o Presidente do Conselho de Administração da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., (“MEO”) e da Altice Labs, S.A. (“ALTICE LABS”).

A composição do Conselho de Administração Executivo foi alterada conforme segue:

Presidente: Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca

Vogal: Ana João de Castro Dias Vieira Figueiredo

Vogal: David Drahi

Administrador Executivo: João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva

Ao CA cabem as funções estabelecidas nos estatutos, delas se destacando: assegurar a administração da Fundação, elaborar planos de atividade, adotar o relatório da atividade, o balanço e as contas, definir a organização interna e ser responsável pela gestão da atividade da Fundação.

A fiscalização da atividade da Fundação compete a um OF, presentemente Fiscal Único (FU), o qual deve acompanhar a atividade do CA e velar pelo cumprimento das normas legais e estatutárias e verificar a exatidão das contas anuais e a regularidade da escrita e documentação.

O FU Efetivo para o triénio de 2020-2022 é a KPMG & Associados, SROC, S.A. e o FU Suplente Pedro Jorge Quental e Cruz.

PERSPECTIVAS FUTURAS

A Fundação Altice continuará a seguir as tendências do setor fundacional corporativo, procurando contribuir de forma ativa nas redes das quais faz parte, nomeadamente o GRACE e o Centro Português das Fundações. Mantém a alavancagem do conhecimento e expertise da Altice (principal instituidora) focando o seu âmbito de atuação em investimento e desenvolvimento de tecnologia e inovação como resposta para problemas globais. Neste caminho, dará continuidade à estratégia apresentada e aprovada para o triénio de 2020-22, centrada na aposta nas tecnologias como meio para prosseguir o seu propósito e implementar os seus projetos nas áreas de atuação - tecnologias para comunicação e conhecimento, acessibilidade e arte, mantendo assim, o investimento nos principais projetos que desenvolve, destacando o programa Inclui, na área de acessibilidade para pessoas com necessidades especiais, a plataforma *Khan Academy*, na área aprendizagem da matemática, o *Campus by Fundação Altice*, na área de plataformas colaborativas e a Coleção de Arte Contemporânea, na área da divulgação cultural de artistas portugueses.

A gestão da Fundação Altice manterá o seu compromisso de *compliance* e de gestão eficiente, procurando a melhoria contínua dos seus processos internos. Por outro lado, prosseguirá o apoio a iniciativas da economia social inovadoras e de impacto, preferencialmente de cariz tecnológico, através dos processos de candidatura específicos.

Procurará dar especial relevo à área da comunicação organizando uma estratégia específica de comunicação para que tanto a nível interno, como a nível externo consiga maior visibilidade dos seus projetos, mas também maior reconhecimento do seu trabalho ímpar.

Procurar-se-á dinamizar a área da arte por meio de uma aposta na tecnologia - participar na forma como a arte é vista, sentida e compartilhada transformando-a em algo acessível e relevante para qualquer grupo social e faixa etária. Esta aposta na tecnologia para novas formas de comunicação também no que diz respeito à arte renova e reforça uma identidade.

A escolha de um caminho com investimento na tecnologia surge, por isso, como natural no ADN da Fundação Altice. Forçar os limites, despertar consciências, criar impacto e ser participante ativo na transformação.

INFORMAÇÕES LEGAIS

Não foram celebrados negócios ou operações que sejam de considerar em termos económicos por qualquer das partes envolvidas entre a Fundação Altice e os membros dos seus órgãos de administração e fiscalização.

A Fundação Altice não possui sucursais.

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Nos termos legais e estatutários, o Conselho de Administração Executivo, propõe a transferência para resultados transitados do Resultado Líquido positivo do exercício de 2021 no montante de 655.112 euros.

INFORMAÇÕES RELEVANTES E SUBSEQUENTES

A realização da dotação anual aprovada para 2021 não ficou concluída nesse ano, tendo sido entregues pela MEO os montantes de 550.000 euros em janeiro de 2022 e 450.000 euros em fevereiro de 2022, reduzindo o valor em dívida para 1.023.000 euros.

Já em 2022 teve inicio um conflito militar que opõe a Rússia à Ucrânia, com um alcance que se encontra ainda por determinar, nomeadamente ao nível das consequências económicas que daí resultarão, cujo impacto vai depender do nível de sanções a aplicar pelas partes em função da escalada que este conflito venha a registar, sanções essas que vêm sendo alargadas consecutivamente pelos países ocidentais, em resultado das quais se vem assistindo desde o inicio do conflito a um agravar dos preços do petróleo, gás natural e energia e a níveis de inflação extremamente elevados.

Lisboa, 27 de abril de 2022

O Conselho de Administração Executivo

Alexandre Filipe Teixeira da Fonseca - Presidente

Ana João de Castro Dias Vieira Figueiredo - Vogal

David Drahi - Vogal

João Zúquete Dutschmann de Jesus da Silva - Administrador Delegado Executivo

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E ANEXOS

ÍNDICE

BALANÇO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Nota introdutória
2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras
3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas
4. Fluxos de caixa
5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e correção de erros
6. Ativos fixos tangíveis
7. Inventários
8. Fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar
9. Diferimentos
10. Património
11. Credores por acréscimos de gastos
12. Estado e outros entes públicos
13. Subsídios à exploração
14. Subsídios e donativos concedidos
15. Fornecimentos e serviços externos
16. Gastos com o pessoal
17. Outros rendimentos
18. Outros gastos
19. Resultados financeiros
20. Imposto sobre o rendimento do exercício
21. Partes relacionadas
22. Outros assuntos
23. Eventos subsequentes

BALANÇO

FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL
BALANÇO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

	Notas	2021	2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	2.089.937	2.106.667
Outros ativos financeiros		683	-
Total do ativo não corrente		2.090.620	2.106.667
Ativo corrente			
Inventários	7	20.529	31.454
Outros créditos a receber	8	2.036.570	934.173
Diferimentos	9	24.796	349
Caixa e depósitos bancários	4	154.882	42.360
Total do ativo corrente		2.236.777	1.008.336
Total do ativo		4.327.397	3.115.003
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	10	28.785.430	28.785.430
Resultados transitados	10	(26.929.574)	(27.020.123)
Outras reservas	10	143.701	143.701
Resultado líquido do período		655.112	90.549
Total fundos patrimoniais		2.654.669	1.999.557
PASSIVO			
Passivo corrente			
Diferimentos	9	31.939	35.077
Fornecedores	8	651.340	291.905
Fornecedores de investimento	8	99.460	5.178
Credores por acréscimos de gastos	11	745.483	597.683
Estado e outros entes públicos	12	7.048	14.277
Outras dívidas a pagar	8	137.458	171.326
Total do passivo corrente		1.672.728	1.115.446
Total do passivo		1.672.728	1.115.446
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		4.327.397	3.115.003

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL			
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS			
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020			
	Notas	2021	2020
Subsídios à exploração	13	4.010.868	3.458.611
Subsídios e donativos concedidos	14	(1.550.888)	(1.338.381)
Fornecimentos e serviços externos	15	(665.871)	(724.906)
Gastos com o pessoal	16	(945.083)	(1.101.466)
Impostos indiretos e taxas		(1.981)	(2.272)
Outros rendimentos	17	13.337	40
Outros gastos	18	(37.062)	(26.909)
RESULTADO ANTES DE DEPRECIAÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS		823.320	264.717
Gastos/reversões de depreciações e imparidades	6	(167.879)	(173.883)
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO E IMPOSTOS)		655.441	90.834
Juros e gastos similares suportados	19	(294)	(234)
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS		655.147	90.600
Imposto sobre o rendimento	20	(35)	(51)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		655.112	90.549

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

					Resultado líquido do período	Resultados transitados	Outras reservas	euros	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 31 de dezembro de 2019	A	28.785.430	(27.101.987)	143.701	81.864			1.909.008	
Resultado líquido do período					90.549			90.549	
Resultado integral	B							90.549	
Operações com detentores do património									
Aplicação de resultados (Nota 10.3)			81.864		(81.864)				
	C	-	81.864	-	(81.864)			-	
Posição em 31 de dezembro de 2020	D=A+B+C	28.785.430	(27.020.123)	143.701	90.549			1.999.557	
Resultado líquido do período					655.112			655.112	
Resultado integral								655.112	
Operações com detentores do património									
Aplicação de resultados (Nota 10.3)			90.549		(90.549)				
	E	-	90.549	-	(90.549)			-	
Posição em 31 de dezembro de 2021	D+E	28.785.430	(26.929.574)	143.701	655.112			2.654.669	

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

		Notas	2021	2020	euros
FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL					
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA					
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020					
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Subsídios recebidos dos Fundadores		4 (a)	2.795.000	3.645.000	
Outros subsídios recebidos		4 (b)	57.369	44.515	
Pagamentos a fornecedores			(1.457.402)	(1.981.854)	
Pagamentos relacionados com donativos concedidos		4 (c)	(1.105.877)	(1.694.079)	
Caixa gerada pelas operações			289.090	13.582	
Outros pagamentos, líquidos			(119.245)	(59.434)	
Fluxos das atividades operacionais (1)			169.845	(45.852)	
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Recebimentos provenientes de:					
Ativos fixos tangíveis			70	130	
			70	130	
Pagamentos respeitantes a:					
Ativos fixos tangíveis			(57.128)	(64.502)	
			(57.128)	(64.502)	
Fluxos das atividades de investimento (2)			(57.058)	(64.372)	
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Pagamentos respeitantes a:					
Juros e gastos similares			(266)	(255)	
			(266)	(255)	
Fluxos das atividades de financiamento (3)			(266)	(255)	
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)			112.521	(110.479)	
Caixa e seus equivalentes no início do exercício			42.360	152.839	
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício		4 (d)	154.882	42.360	

O anexo faz parte integrante destas demonstrações financeiras.

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração Executivo

Fundação Altice Portugal

Anexo às Demonstrações Financeiras

Em 31 de dezembro de 2021

(Montantes expressos em euros)

1. Nota introdutória

A Fundação Altice Portugal, anteriormente designada por Fundação Portugal Telecom (adiante designada por “Fundação Altice” ou “Fundação”) foi constituída por escritura pública lavrada em 11 de março de 2003, publicada no Diário da República de 23 de outubro de 2003, com o objetivo de exprimir e concretizar o compromisso de intervenção social e apoio ao desenvolvimento por parte do então Grupo Portugal Telecom, e atualmente do Grupo Altice Portugal (adiante designado por “Grupo Altice”), promovendo os avanços da “Sociedade de Informação”, os usos sociais dos meios e tecnologias de comunicação e informação, designadamente para a promoção da educação e formação tecnológica e cultural e do combate à infoexclusão nas suas diferentes vertentes, bem como as que promovam a inovação e o desenvolvimento na promoção da saúde, da cultura e do desporto, e outras.

Na prossecução do seu objeto, deve a gestão da Fundação Altice ser orientada por critérios de equidade, racionalidade e de adequada aplicação e aproveitamento dos meios e bens pertença ou colocados à disposição da Fundação, atenta à natureza dos seus meios e fins.

A Fundação Altice foi instituída entre (1) a Portugal Telecom, SGPS, S.A. (“PT SGPS”), a qual tem presentemente a denominação social Pharol, SGPS, S.A. e não faz parte do Grupo Altice Portugal, (2) a PT Comunicações, S.A. (“PT Comunicações”), a qual alterou a sua denominação social no final de 2014 para MEO, (3) a TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A. (“TMN”), a qual foi incorporada na PT Comunicações no final de 2014 e deixou portanto de existir, (4) a PT Multimédia, Serviços de Telecomunicações e Multimédia, SGPS, S.A. (“PT Multimédia”), a qual deixou de fazer parte do Grupo PT e alterou posteriormente a sua denominação social para NOS, SGPS, S.A. (“NOS”), e (5) a Portugal Telecom Inovação, S.A. (“PT Inovação”), a qual alterou a sua designação social para PT Inovação e Sistemas, S.A. em fevereiro de 2014 e para Altice Labs em março de 2016.

A personalidade jurídica da Fundação foi reconhecida através da Portaria n.º 793/2004 do Ministério da Administração Interna, publicada no Diário da República de 12 de julho de 2004.

A Declaração n.º 46/2005 da Presidência do Conselho de Ministros, publicada no Diário da República de 4 de março de 2005, concedeu a utilidade pública à Fundação, tendo este estatuto sido confirmado pela Secretaria de Estado da Presidência do Conselho de Ministros pelo Despacho n.º 3604/2013 de 21 de fevereiro de 2013, publicado no Diário da República de 7 de março de 2013.

Por Despacho de Sua Excelência o Secretário de Estado dos Assuntos Fiscais de 7 de março de 2007 foi reconhecida à Fundação a isenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (“IRC”) abrangendo a Categoria B (rendimentos empresariais derivados do exercício das atividades comerciais ou industriais desenvolvidas no âmbito dos seus fins estatutários), a Categoria E (rendimentos de capitais, com exceção dos provenientes de quaisquer títulos ao portador, não registados nem depositados, nos termos da legislação em vigor), a Categoria F (rendimentos prediais) e a categoria G (incrementos patrimoniais) (Nota 20).

Esta isenção aplica-se retroativamente a partir de 4 de março de 2005, data em que a Fundação foi reconhecida como Pessoa Coletiva de Utilidade Pública.

Em janeiro de 2008, a Presidência do Conselho de Ministros aprovou o pedido de alteração dos Estatutos da Fundação, requerida na sequência do processo de cisão que levou à saída da NOS do Grupo PT. Com esta saída, deixaram de estar reunidos os requisitos necessários para aquela empresa continuar a ser membro do Conselho Geral da Fundação e para contribuir financeiramente para o desenvolvimento das suas atividades. As alterações dos Estatutos excluem a NOS da obrigação de contribuir para o subsídio anual a conceder à Fundação, assumida pelos restantes instituidores (Artigo 5, n.º 5), excluindo-a, igualmente, de participar no Conselho Geral (Artigo 7, n.º 1).

Em 10 de julho de 2014, a Fundação entregou na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros (“PCM”) um pedido de alteração estatutária, para que a PT Portugal SGPS, S.A. substitua a Portugal Telecom SGPS, S.A. no Conselho Geral da Fundação passando o Presidente do Conselho de Administração da PT Portugal SGPS, S.A. a presidir ao Conselho Geral e que foi aprovado em fevereiro de 2015.

Em 9 de julho de 2015, a Fundação entregou, na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros (“PCM”), um novo pedido de alterações estatutárias, nos termos das quais: o Administrador Executivo passou a designar-se como Órgão Executivo (alínea c) do Artigo 6º) e o Presidente do Conselho de Administração da MEO passou a integrar o Conselho Geral (Artigo 7º); passa a ser permitido o voto por correspondência e por procuração do Conselho de Administração (novo nº 3 ao Artigo 12º); entre outras alternativas, a vinculação da Fundação passou a ser também possível apenas com a assinatura do Presidente do Conselho de Administração (Artigo 14º), tendo sido tudo aprovado por Despacho da Sra. Ministra da Presidência e da

Modernização Administrativa, em 3 de junho de 2016, conforme notificação da Secretaria Geral da PCM de 8 de julho de 2016.

Realizou-se a respetiva Escritura de alteração de Estatutos, no dia 28 de julho de 2016, que foi oportunamente notificada juntamente com a certidão permanente atualizada, através do respetivo site, à Presidência do Conselho de Ministros.

Em 4 de maio de 2018, a Fundação entregou na Secretaria Geral da Presidência do Conselho de Ministros (“PCM”) novo pedido de alteração estatutária, tendo por objetivo alterar a denominação social para Fundação Altice Portugal (decorrente do facto da sociedade de topo, em Portugal, que detém a totalidade do capital social dos Fundadores da Fundação se denominar Altice Portugal, S.A e da adoção de uma identidade global do grupo económico em que esses Fundadores se inserem, passando a ser conhecido como Grupo Altice Portugal ou Altice Portugal); alterações às designações do Conselho de Administração e do Órgão Executivo, que passaram a denominar-se respetivamente por Conselho de Administração Executivo e Administrador Delegado Executivo e alterações às competências do Conselho Geral e do Conselho de Administração Executivo, tendo em vista a conformação do texto estatutário à Lei-Quadro das Fundações (Lei n.º 24/2012 de 9 de julho, alterada e republicada pela Lei 150/2015 de 10 de setembro de 2015). O pedido de alteração estatutária foi aprovado por Despacho da Sra. Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa, em 29 de novembro de 2018, conforme notificação da Secretaria Geral da PCM de 6 de dezembro de 2018.

Realizou-se a respetiva escritura de alteração de Estatutos, no dia 3 de janeiro de 2019, que foi oportunamente notificada juntamente com a certidão permanente atualizada, através do respetivo site, à Presidência do Conselho de Ministros.

O Despacho n.º 9174/2021 de 30 de agosto de 2021, publicado no Diário da República de 16 de setembro de 2021, veio confirmar a renovação pelo prazo de dez anos, do estatuto de utilidade pública à Fundação, produzindo efeitos desde 7 de março de 2018.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições legais em vigor em Portugal, nomeadamente o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, que aprovou o regime da normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (ESNL) que faz parte integrante do Sistema de Normalização Contabilística, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, tal como republicado pelo Decreto-Lei nº 98/2015 cujas alterações introduzidas visaram transpor para o ordenamento jurídico interno a Diretiva nº 2013/34/EU do Parlamento Europeu. Na sequência do Decreto-Lei nº 98/2015, foram publicados portarias e avisos que alteraram os modelos de demonstrações financeiras (portaria nº 220/2015), a estrutura conceptual (aviso 8254/2015), as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro – NCRF, para as Entidade do Setor Não Lucrativo (aviso 8259/2015) e as Normas Interpretativas (aviso 8258/2015). As alterações introduzidas pelo Decreto-Lei 98/2015 e pelas portarias e avisos atrás mencionados não produziram qualquer impacto quantitativo nas demonstrações financeiras da Fundação, traduzindo-se apenas num acréscimo de divulgações a efetuar no anexo às demonstrações financeiras bem como na alteração dos nomes de algumas rubricas das demonstrações financeiras.

A Fundação aplica supletivamente as Normas Internacionais de Contabilidade e de Relato Financeiro (“IAS/IFRS”), tal como adotado pela União Europeia, e as respetivas interpretações (“SIC/IFRIC”) do IASB, de forma a colmatar lacunas ou omissões relativas a aspetos específicos de algumas transações ou situações particulares não previstas no SNC.

As demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 27 de abril de 2022, estando ainda sujeitas a aprovação no Conselho Geral, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

Estas não são as primeiras demonstrações financeiras apresentadas segundo as NCRF-ESNL.

3. Principais políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

O Conselho de Administração Executivo procedeu à avaliação da capacidade da Fundação operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração Executivo concluiu que a Fundação dispõe de recursos adequados para manter as atividades, tendo em conta os subsídios concedidos pelos fundadores, não havendo intenção de cessar as atividades no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do

pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são como segue:

3.1. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos a terceiros são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis à colocação dos ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida.

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do ativo somente quando é provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Fundação e o gasto possa ser mensurado com fiabilidade. Os gastos com manutenção e reparação não suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros são reconhecidos como um gasto no exercício em que são incorridos.

Os ativos fixos tangíveis doados pelos Fundadores correspondem essencialmente a (i) obras de arte, (ii) património museológico, (iii) conjunto de medalhas comemorativas, e (iv) arquivos histórico, documental, tecnológico e audiovisual, encontrando-se valorizados em conformidade com os valores que figuram na escritura de constituição da Fundação Altice, não sendo na sua maioria depreciados por se considerar não serem objeto de depreciação ou perda de valor, sendo sujeitos a testes de imparidade quando existam indícios ou eventos que possam indicar uma redução do seu valor.

A depreciação dos demais ativos fixos tangíveis é reconhecida após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, de acordo com o método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem a vida útil estimada para cada classe de bens, como se segue:

Classe de ativo	Anos de vida útil
Equipamento administrativo	1 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 20

As vidas úteis e o método de depreciação são revistos regularmente, sendo o efeito de alguma alteração a estas estimativas reconhecido de forma prospectiva na demonstração das variações patrimoniais.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre o montante recebido e a quantia escriturada do ativo e são reconhecidos na demonstração das variações patrimoniais.

3.2. Imparidades de ativos fixos tangíveis

A Empresa efetua análises de imparidade aos seus ativos fixos tangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade. Quando não é possível determinar a quantia recuperável de um ativo individual, é estimada a quantia recuperável da unidade geradora de caixa a que esse ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto de entre o justo valor e o valor de uso. O justo valor é o montante que se obteria pela alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que refletem o custo do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que a quantia escriturada do ativo ou da unidade geradora de caixa for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, a qual é registada na demonstração dos resultados.

3.3. Locações

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. As rendas incluem o gasto financeiro e a amortização do capital, sendo que os gastos financeiros são imputados de acordo com uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente da responsabilidade.

Os pagamentos de locações operacionais são reconhecidos como gastos do exercício em que são incorridos.

3.4. Inventários

Uma Entidade do Setor Não Lucrativo (“ESNL”) pode deter inventários cujo contributo para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da Fundação ou os serviços potenciais que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de gerar fluxos de caixa. Este tipo de inventários pode existir, quando uma ESNL distribui certas mercadorias sem contrapartida. Nestes casos, os contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços potenciais dos inventários são refletidos através da quantia que a Fundação teria de pagar para comprar inventários equivalentes. A Fundação mensura esses inventários pelo custo histórico ou custo corrente, dos dois o mais baixo.

3.5. Créditos a receber de outros devedores

Os créditos a receber de outros devedores são reconhecidos inicialmente ao justo valor, sendo, subsequentemente, mensurados ao custo deduzido de perdas por imparidade.

As imparidades para dívidas de cobrança duvidosa são calculadas com base na avaliação dos riscos estimados decorrentes da não cobrança dos créditos a receber. As perdas por imparidade são reconhecidas na demonstração das variações patrimoniais.

3.6. Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando a Empresa se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo classificados ao custo amortizado os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características: (a) sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; (b) tenham associado um retorno fixo ou determinável; e (c) não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade acumuladas (no caso de ativos financeiros) e correspondem, essencialmente, às seguintes rubricas de ativos e passivos constantes do balanço da Empresa:

- Adiantamentos a fornecedores;
- Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar;
- Diferimentos;
- Fornecedores e fornecedores de investimento;
- Credores por acréscimos de gastos;
- Estado e outros entes públicos.

O custo amortizado é determinado através do método da taxa de juro efetiva. A taxa de juro efetiva é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro.

(a) Imparidade de ativos financeiros

Os ativos financeiros classificados ao custo amortizado, são sujeitos a testes de imparidade no final de cada exercício. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados serão afetados.

A perda por imparidade corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Subsequentemente, se ocorre uma diminuição da perda por imparidade em resultado de um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento inicial da perda, a imparidade deve ser revertida por resultados. A reversão é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e respetivas reversões são registadas em resultados essencialmente na rubrica “Imparidade de créditos a receber”.

(b) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando expiram os seus direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desses ativos, ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. Não são reconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais a Empresa reteve alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido.

A Empresa desreconhece passivos financeiros apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

3.7. Classificação do balanço

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data do balanço são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo não corrente, pelo seu valor presente.

3.8. Regime do acréscimo

A Fundação regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o regime contabilístico de acréscimo, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados ou incorridos, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos, respetivamente.

Os rendimentos ou gastos reconhecidos na demonstração das variações patrimoniais que ainda não tenham sido recebidos ou pagos foram registados por contrapartida das rubricas “Devedores por acréscimos de rendimentos” e “Credores por acréscimos de gastos”, respetivamente. Os rendimentos recebidos e os gastos pagos antecipadamente foram registados por contrapartida das rubricas “Diferimentos” do passivo e do ativo, respetivamente.

3.9. Subsídios obtidos

Os subsídios, que não os dos fundadores, apenas são reconhecidos quando recebidos e após existir segurança de que a Fundação irá cumprir com as condições associadas à atribuição dos mesmos.

Os subsídios associados à aquisição ou produção de ativos não correntes (subsídios ao investimento) são reconhecidos inicialmente nos fundos patrimoniais; sendo, subsequentemente, imputados numa base sistemática como rendimentos na variação patrimonial do exercício durante as vidas úteis dos ativos com os quais se relacionam.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração das variações patrimoniais de forma sistemática durante os exercícios em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar.

A partir de 2009, inclusive, e conforme previsto no n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Fundação, é recebido um subsídio anual dos Fundadores, cujo valor é estipulado numa base anual pelo Conselho Geral. Este subsídio é reconhecido em rendimentos operacionais pela dotação anual definida, independentemente do momento em que é recebido dos Fundadores, em conformidade com a política de especialização dos exercícios referida na Nota 3.3 (Notas 4 a) e 13) e pelo facto de não existir risco de crédito.

Os demais subsídios atribuídos para financiamento da exploração são registados nas rubricas da respetiva natureza, sendo reconhecidos como rendimentos operacionais na altura em que ocorre o gasto que lhe dá origem (Notas 9 e 13).

3.10. Subsídios e donativos concedidos

No âmbito da sua atividade, a Fundação concede subsídios e donativos a entidades terceiras com as quais se relaciona. Os subsídios e donativos concedidos são aprovados pelo Conselho Geral, pelo Conselho de Administração Executivo ou pelo Administrador Delegado Executivo no âmbito das suas competências. Os subsídios e donativos concedidos são reconhecidos como gastos operacionais na demonstração das variações patrimoniais quando é assumido perante as entidades o compromisso de os conceder, independentemente do momento do seu pagamento, de acordo com a política de especialização dos exercícios (Notas 11 e 14).

3.11. Férias e subsídio de férias

As férias e subsídios de férias e correspondentes encargos patronais são registados como gasto do exercício em que os empregados adquirem o direito ao seu recebimento. Consequentemente, o valor de férias e subsídio de férias e correspondentes encargos patronais vencidos e não pagos à data do balanço foi estimado e incluído na rubrica "Credores por acréscimos de gastos".

3.12. Principais juízos de valor e fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas que afetam as quantias relativas aos ativos, assim como as quantias relatadas dos rendimentos e gastos do exercício. Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas estiveram relacionados com as vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e a análise de ajustamentos de imparidade dos créditos a receber.

3.13. Eventos subsequentes

Os acontecimentos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("eventos ajustáveis") são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço

("eventos não ajustáveis") não são refletidos nas demonstrações financeiras, sendo apenas divulgados se forem considerados materialmente relevantes.

4. Fluxos de caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada segundo o método direto, através do qual são divulgados os recebimentos e pagamentos de caixa brutos em atividades operacionais, de investimento e de financiamento.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica "Caixa e seus equivalentes" inclui numerário e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (até 3 meses) com risco insignificante de alteração de valor.

A Empresa classifica os juros e dividendos pagos como atividades de financiamento e os juros e dividendos recebidos como atividades de investimento.

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com a "NCRF 2 - Demonstração de fluxos de caixa", havendo os seguintes aspetos a salientar:

(a) Recebimentos de subsídios dos fundadores

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica corresponde ao valor do subsídio anual dos fundadores e teve a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Dotação 2021	1.877.000	-
Dotação 2020	918.000	2.512.000
Dotação 2019	-	1.133.000
	2.795.000	3.645.000

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante recebido de 1.877.000 euros corresponde a parte da dotação aprovada em 2021 no total de 3.900.000 euros (Nota 13), tendo o montante remanescente de 2.023.000 euros (Nota 8) transitado para o exercício de 2022. Foi ainda recebido o valor de 918.000 euros (Nota 8) correspondente à última parcela da dotação aprovada para 2020, no montante de 3.430.000 euros (Nota 13).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o montante recebido de 2.512.000 euros corresponde a parte da dotação aprovada em 2020 no total de 3.430.000 euros (Nota 13), tendo o montante remanescente de 918.000 euros (Nota 8) transitado para o exercício de 2021. Foi ainda recebido o valor de 1.133.000 euros correspondente à última parcela da dotação aprovada para 2019, no montante de 3.700.000 euros.

(b) Recebimentos provenientes de outros subsídios

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Empresas do Grupo Altice	7.838	27.022
Outros subsídios	49.531	17.493
Outros subsídios recebidos	57.369	44.515

Em 2021 e 2020, os valores recebidos de “Empresas do Grupo Altice”, respeitam a recebimentos no âmbito do projeto dos Leilões.

Em 2021, o montante registado como “Outros subsídios”, inclui o valor de 28.773 euros de recebimentos de consignação de IRS e 20.758 euros recebidos da Fundação de Ciência e Tecnologia (Nota 13). Em 2020, o montante registado como “Outros subsídios”, respeita a recebimentos de consignação de IRS (Nota 13).

(c) Pagamentos relacionados com donativos concedidos

Estes pagamentos incluem os donativos entregues pela Fundação Altice a diversas instituições (Nota 14).

(d) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresentava a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Numerário	1.552	5.000
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	153.329	37.360
Caixa e depósitos bancários	154.882	42.360

5. Alterações de políticas e estimativas contabilísticas e correção de erros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não foram adotadas, nem revistas, normas ou interpretações e não ocorreram quaisquer alterações voluntárias de outras políticas ou estimativas contabilísticas. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Fundação não ajustou as suas demonstrações financeiras por quaisquer correções de erros materiais de exercícios anteriores.

6. Ativos fixos tangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis e nas depreciações e perdas de imparidade acumuladas foram os seguintes:

	euros 2021			
	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis (a)	Activos fixos tangíveis em curso	Total
Valores brutos				
Saldo inicial	1.382.885	3.264.549	-	4.647.434
Aquisições	62.235	-	89.790	152.025
Alienações	(1.062)	-	-	(1.062)
Abates	(6.183)	(3.500)	-	(9.683)
Saldo final	1.437.875	3.261.049	89.790	4.788.714
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas				
Saldo inicial	1.308.027	1.232.740	-	2.540.767
Depreciações do exercício e imparidades	40.908	126.971	-	167.879
Alienações	(1.062)	-	-	(1.062)
Abates	(6.183)	(2.625)	-	(8.807)
Saldo final	1.341.690	1.357.086	-	2.698.777
Ativos fixos tangíveis líquidos	96.185	1.903.963	89.790	2.089.937

(a) Em 31 de dezembro de 2021, a rubrica de "Outros ativos fixos tangíveis", inclui os bens do património histórico e cultural da Fundação, que se encontram essencialmente situados em Edifícios explorados pelo Grupo, e que apresentam o seguinte detalhe:

	euros 2021		
	Valor aquisição	Depreciações e perdas por imparidade acumuladas	Saldo final
Obras de arte	1.136.744	694.816	441.928
Peças Museológicas	1.598.989	399.823	1.199.166
Arquivos Históricos	350.000	87.500	262.500
Artigos Decoração	75.403	75.051	352
Tapetes e Alcatifas	81.177	81.177	-
Saldo final	3.242.313	1.338.367	1.903.946

	euros 2020		
	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Total
Valores brutos			
Saldo inicial	1.339.683	3.266.049	4.605.732
Aquisições	44.412	3.500	47.912
Alienações	(1.210)	(5.000)	(6.210)
Saldo final	1.382.885	3.264.549	4.647.434
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas			
Saldo inicial	1.265.179	1.103.895	2.369.074
Depreciações do exercício e imparidades	44.058	129.825	173.883
Alienações	(1.210)	(980)	(2.190)
Saldo final	1.308.027	1.232.740	2.540.767
Ativos fixos tangíveis líquidos	74.858	2.031.809	2.106.667

7. Inventários

Os inventários são constituídos por equipamentos doados à Fundação e também por equipamentos que esta adquire. Todos estes equipamentos, na maioria telefones, computadores e tablets, destinam-se a integrar os projetos da Fundação e, no momento em que tal ocorre, é reconhecido o correspondente gasto. Se se tratar de equipamentos que tenham sido recebidos através de doação é também reconhecida a correspondente receita.

Os inventários, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, apresentaram os seguintes movimentos:

				euros
				2021
		1 janeiro	Aumentos	Diminuições
Equipamentos recebidos por doação				
De empresas do Grupo Altice (a)		22.368	-	(20.220)
De outras empresas (b)		-	63.648	(46.566)
Total equipamentos recebidos por doação		22.368	63.648	(66.786)
Equipamentos adquiridos		9.086	-	(7.787)
Total		31.454	63.648	(74.573)
				20.529

- (a) Em 31 de dezembro de 2021, o valor das diminuições de "Empresas do Grupo Altice" resulta da utilização de equipamentos recebidos por doação no montante de 6.933 euros (Nota 13) e do reconhecimento de equipamentos danificados no montante de 13.287 euros (Notas 17 e 18).
- (b) No exercício de 31 de dezembro de 2021, o valor das diminuições de "Outras empresas" respeita à utilização de equipamentos recebidos por doação no montante de 46.566 euros (Nota 13).

8. Fornecedores, outros créditos a receber e outras dívidas a pagar

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
OUTROS CRÉDITOS A RECEBER		
Corrente		
Empresas do Grupo (a) (b)	2.023.000	918.000
Outros devedores	13.570	16.173
Total de outros créditos a receber	2.036.570	934.173
FORNECEDORES		
Corrente		
Empresas do Grupo (b)	361.618	159.854
Outros fornecedores	289.722	132.051
Total de fornecedores	651.340	291.905
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO		
Empresas do Grupo (b)	9.670	320
Outros fornecedores	89.790	4.858
Total de fornecedores de investimento	99.460	5.178
OUTRAS DIVIDAS A PAGAR		
Corrente		
Empresas do Grupo (b)	137.379	171.321
Outros credores	79	5
Total das outras dívidas a pagar	137.458	171.326

- (a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, o saldo de Empresas do Grupo nos montantes de 2.023.000 euros e 918.000 euros respeitam às parcelas não recebidas da dotação 2021 e 2020 (Nota 4 a)).
- (b) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos com empresas do Grupo eram como segue:

	euros	
	2021	2020
Outros créditos a receber		
MEO		
Total dos outros créditos a receber (Nota 21)	2.023.000	918.000
Fornecedores		
MEO		
PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, S.A. ("PT Contact")	357.923	150.761
Altice - Associação de Cuidados de Saúde ("ACS")	3.428	5.631
Altice Labs	267	307
Total de fornecedores (Nota 21)	361.618	159.854
Fornecedores de investimento		
MEO		
Total de fornecedores de investimento (Nota 21)	9.670	320
Outras dívidas a pagar		
MEO		
Total das outras dívidas a pagar (Nota 21)	137.379	171.321

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, estas rubricas apresentam a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
GASTOS A RECONHECER		
Trabalhos especializados	24.354	-
Pessoal	66	-
Outros fornecimentos e serviços externos	376	349
Total dos gastos a reconhecer	24.796	349
RENDIMENTOS A RECONHECER		
Subsídios à exploração (a)	31.939	35.077
Total dos rendimentos a reconhecer	31.939	35.077

- (a) Os rendimentos a reconhecer refletem o valor de equipamentos recebidos em doação, para afetação a projetos, e que serão reconhecidos como subsídio à exploração no momento da sua utilização.

10. Património

Conforme referido na Nota Introdutória, os fundadores da Fundação foram a PT SGPS (51%), a PTC (18%), a TMN (18%), a PT Multimédia (10,5%) e a Altice Labs (2,5%), tendo a PT Multimédia deixado de pertencer ao Conselho Geral da Fundação em janeiro de 2008 e como tal deixado de contribuir financeiramente para a mesma.

Por alteração estatutária realizada em 2015, a PT Portugal SGPS S.A. ("PT Portugal") passou a assumir, em substituição da PT SGPS S.A., todos os direitos e obrigações desta para com a Fundação Altice, incluindo a contribuição regular para as suas atividades.

10.1. Fundos

A dotação inicial para o património da Fundação Altice, conforme estabelecido na escritura de constituição, foi de 28.785.430 euros, tendo sido integralmente realizada pelos Fundadores como se segue:

	Numerário	Acervo	euros
			Total
Data de constituição:	10.000.000	3.785.430	13.785.430
2004	5.000.000		5.000.000
2005	5.000.000		5.000.000
2006	1.025.000		1.025.000
2007	3.975.000		3.975.000
	25.000.000	3.785.430	28.785.430

10.2. Outras reservas

As outras reservas, que totalizam 143.701 euros, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, referem-se a doações recebidas pela Fundação nos exercícios de 2005, 2011, 2012, 2017 e 2018.

10.3. Aplicação de resultados

Conforme deliberado no Conselho Geral de 03 de março de 2022 e de 30 de junho de 2020, as contas dos exercícios de 2020 e 2019 foram aprovadas, tendo sido transferidos os resultados líquidos apurados nos respetivos exercícios, para a rubrica “Resultados transitados”.

11. Credores por acréscimos de gastos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	2021	2020	euros
Trabalhos especializados	132.381	131.635	
Encargos com férias, subsídios de férias e outros encargos com o pessoal	94.669	91.485	
Marketing e publicidade (a)	77.039	-	
Outros fornecimentos e serviços externos	13.048	9.458	
Outros (b)	428.346	365.105	
	745.483	597.683	

(a) Em 31 de dezembro de 2021, o saldo da rubrica de “Marketing e publicidade”, inclui o projeto do Programa Cultura referente a um patrocínio de uma exposição em Paris no museu do Louvre e os projetos de Merchandising “Pulseiras estou aqui adultos” e “Moleskines (125)”.

(b) Inclui, essencialmente, subsídios atribuídos, mas ainda não pagos relativos a equipamentos e serviços especiais (Soluções Especiais PT) nos montantes de 97.428 euros e 231.791 euros nos exercícios de 2021 e 2020, respetivamente, e donativos atribuídos nos montantes de 351.205 euros e 133.314 euros nos exercícios de 2021 e 2020, respetivamente.

Esta rubrica inclui especializações com partes relacionadas nos montantes de 3.374 euros e 6.930 euros em 31 de dezembro de 2021 e 2020, respetivamente (Nota 21).

12. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os saldos credores com o estado e outros entes públicos tinham a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Retenções de imposto sobre o rendimento	4.762	8.429
Segurança Social	2.251	5.797
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	35	51
	7.048	14.277

13. Subsídios à exploração

O subsídio anual dos fundadores, conforme estabelece o n.º 5 do artigo 5.º dos Estatutos da Fundação, destina-se ao adequado financiamento da atividade, tendo o Conselho Geral aprovado a verba de 3.900.000 euros para o exercício de 2021.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Fundação reconheceu em rendimentos os seguintes montantes de subsídios à exploração:

	euros	
	2021	2020
Fundadores (Notas 4 a) e 21)	3.900.000	3.430.000
Empresas Grupo Altice (a)	7.838	11.118
Outros (b)	103.030	17.493
	4.010.868	3.458.611

- (a) Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, os donativos em numerário ascenderam a 7.838 euros e 11.118 euros, respetivamente.
- (b) No exercício de 31 de dezembro de 2021, o valor resulta de consignação de IRS no valor de 28.773 euros, subsídios no montante de 20.758 euros (Nota 4 b)) e da utilização de equipamentos recebidos por doação no montante de 53.499 euros (Nota 7). No exercício de 31 de dezembro de 2020, o valor respeita a consignação de IRS (Nota 4 b)).

14. Subsídios e donativos concedidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica tem a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Donativos concedidos	765.546	312.135
Subsídios concedidos	785.342	1.026.246
	1.550.888	1.338.381

A diferença entre os valores desta rubrica e os pagamentos relacionados com subsídios e donativos concedidos que figuram na demonstração dos fluxos de caixa (Nota 4 c)), resulta de alguns gastos registados no exercício de 2021 que só serão pagos em 2022

e, por outro lado, de pagamentos concretizados em 2021 que resultaram de gastos registados em 2020.

14.1. Donativos concedidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Fundação concedeu donativos na prossecução da sua atividade, de que se destacam os seguintes:

	euros	2021	2020
ASC - Associação Sara Carreira	107.620	-	
Associação Pais e Amigos Habilitar	100.000	-	
Verdekui - Associação de Ação Social	50.000	-	
Agrupamento de Escolas de Almodôvar	39.600	-	
Laboratório aTopLab Politécnico de Leiria	33.554	-	
DEMOS - Associação para o Desenvolvimento e Mobilização Social	28.000	16.258	
Escolíadas - Associação Recreativa Cultural	25.000	-	
Associação de Trabalhadores e Reformados da Portugal Telecom	22.370	20.800	
APAV- Associação de Apoio à Vítima	20.055	23.306	
Universidade Católica Portuguesa	20.000	-	
Associação de Apoio Social da Portugal Telecom	20.000	20.000	
Bebot Associação para a Promoção da Arte Robótica e Tecnológica	16.200	-	
APPC - Associação do Porto de Paralisia Cerebral - Espaço Inclui	15.625	-	
Associação Mais Proximidade, Melhor Vida	15.199	1.464	
Fundação de Serralves	15.000	-	
APELA - Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica	14.970	-	
Politécnico Leiria - Espaço Inclui	12.519	-	
Agrupamento de Escolas de Vialonga	11.934	-	
Agrupamento de Escolas Passos Manuel, Lisboa	10.062	-	
ENTRAJUDA - Associação para o Apoio a Instituições de Solidariedade Social	9.639	-	
Centro Social da Legião da Boa Vontade	9.500	7.000	
Ar.Co - Centro de Arte e Comunicação Visual	9.500	9.500	
Agrupamento de Escolas Amadora Oeste	9.126	-	
APCB - Associação de Paralisia Cerebral de Braga	9.040	4.500	
Centro de Medicina de Reabilitação de Alcoitão - Espaço Inclui	8.521	-	
Associação QE - Uma Nova Linguagem para a Incapacidade	8.000	-	
Associação Portuguesa de Surf For Good	7.500	15.000	
ADM Estrela - Associação Social e Desenvolvimento	6.640	-	
Agrupamento Escolas de Ílhavo	6.300	-	
Agrupamento de Escolas Miguel Torga	5.850	-	
Jardim Zoológico e de Aclimação em Portugal, S.A.	5.700	6.139	
Associação de Paralisia Cerebral da Madeira	5.460	-	
CAIS - Associação de Solidariedade Social	5.200	5.200	
Exhibit Art Management	5.000	-	
Associação de Desenvolvimento Comunitário do Funchal	4.444	-	
APADP - Associação de Pais e Amigos de Deficientes Profundos	4.080	1.700	
Agrupamento de Escolas Patrício Prazeres	3.510	-	
Associação Popular de Apoio à Criança	3.400	-	
APAFID- Associação Portuguesa de Apoio, Formação e Investigação em Dislexia	3.342	-	
Agrupamento de Escolas Leal da Câmara, Sintra	3.276	-	
Escola Básica Integrada de Angra do Heroísmo	3.260	-	
Associação de Apoio aos Deficientes Visuais do Distrito de Braga	3.000	1.800	
Instituto de Apoio à Criança	3.000	3.432	
CERCICAPER-Coop.de Educ., Reab., Capacitação e Inclusão Castanheira de Pera, CRL	3.000	-	
AICD - Associação para Inserção por Centros Digitais de Informação	3.000	-	
Escola Básica Integrada de Canto da Maia	3.000	-	
Agrupamento de Escolas João de Barros	2.808	-	
Outros donativos	33.742	176.035	
	765.546	312.135	

14.2. Subsídios concedidos

A Fundação concedeu também subsídios, com destaque para os que se destinaram a numerosas pessoas com deficiência, com doença severa ou incapacitante e a idosos em risco, relativamente a uma variedade de produtos e serviços (Soluções Especiais PT) especialmente destinados a esses grupos de pessoas. Esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Natureza do subsídio:		
Subsídiação de serviços internet	402.964	635.709
Projeto Ubbu - Academia de código	145.000	150.000
Educom - POCH/TIS	97.926	103.000
Subsídiação de equipamentos especiais de comunicação	80.509	81.766
Subsídiação de serviços especiais de comunicação	57.841	54.407
Subsídiação de softwares especiais de comunicação	1.102	1.364
	785.342	1.026.246

15. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Trabalhos especializados (a)	280.253	338.541
Rendas e alugueres	130.396	127.339
Serviços de suporte	86.266	102.860
Marketing e publicidade	81.986	16.034
Comunicações	42.604	82.155
Combustível, água e outros fluídos	11.425	10.535
Seguros	9.476	6.857
Manutenção e reparação	7.452	1.043
Deslocações e estadas	7.291	10.526
Honorários	-	11.857
Outros	8.722	17.159
	665.871	724.906

(a) A redução verificada em 2021 deve-se, essencialmente, à redução em gastos com contratos de manutenção e suporte informático celebrados no âmbito de alguns projetos e à diminuição dos movimentos do programa Altice Tour (projeto em formato roadshow composto por uma exposição itinerante com tecnologia e por atividades diversas dos vários projetos Fundação Altice) que se iniciou em 2018. Em 2020 os gastos decorreram da atividade itinerante do tour – exposições semanais em localidades diferentes de Portugal.

Os trabalhos especializados referem-se, essencialmente, a serviços de informática e serviços complementares à atividade da Fundação. As rendas e alugueres são constituídos, em grande parte, pela renda do espaço de escritório ocupado pela Fundação. Os gastos com comunicações incluem serviço telefónico e de internet de uso da Fundação e também disponibilizado a algumas instituições apoiadas. Os serviços

de suporte incluem, entre outros, os gastos com o callcenter para o atendimento das pessoas que utilizam as soluções especiais da Fundação (Programa Inclui).

16. Gastos com o pessoal

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Remunerações		
Pessoal	766.618	892.069
Encargos sociais		
Pessoal	153.522	180.497
Cuidados de saúde (Nota 21)	1.701	1.879
Ação social	1.722	1.269
Outros	21.520	25.752
	945.083	1.101.466

A diminuição de gastos verificado nas “Remunerações do pessoal” está relacionado essencialmente, com a diminuição das remunerações fixas e das outras remunerações. O número de colaboradores da Fundação, de 2020 para 2021 passou de 18 para 16 colaboradores.

Os órgãos diretivos da Fundação Altice não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos da Fundação e legislação aplicável.

17. Outros rendimentos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, esta rubrica respeita essencialmente ao reconhecimento de equipamentos danificados no montante de 13.287 euros (Nota 7).

18. Outros gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Abates de ativos fixos tangíveis	875	-
Quotizações	7.900	22.900
Perdas na alienação de ativos fixos tangíveis	-	4.009
Outros gastos (a)	28.287	-
	37.062	26.909

(a) Em 31 de dezembro de 2021, o montante registado nesta rubrica respeita, (1) ao gasto incorrido com a atribuição do “prémio Altice Inovation Award”, no montante

de 15.000 euros, e (2) ao reconhecimento de equipamentos danificados no montante de 13.287 euros (Nota 7).

19. Resultados financeiros

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, esta rubrica apresenta a seguinte composição:

	euros	
	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Comissões e outros encargos bancários	294	231
Outros	-	3
	294	234

20. Imposto sobre o rendimento do exercício

A Fundação beneficia de isenção de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC"), nos termos do atual artigo 10.º do Código do IRC, abrangendo as categorias B, E, F e G, aplicável a partir de 4 de março de 2005 (Nota 1).

Não obstante, e quando aplicável, determinadas despesas são sujeitas a tributação autónoma, nos termos dos números 2, 7 e 9 do artigo 88º do Código do IRC. No ano de 2021, foi assim apurado o valor de 35 euros.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. O Conselho de Administração Executivo entende que eventuais correções resultantes de inspeções/revisões por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021.

21. Partes relacionadas

21.1. Saldos e transações com partes relacionadas

Conforme mencionado na Nota Introdutória, a Empresa foi instituída entre a PT Portugal, a MEO e a Altice Labs. A MEO e a Altice Labs são por sua vez detidas em 100% pela PT Portugal, a qual por sua vez é integralmente detida pela Altice Portugal. Consequentemente, todas as empresas que fazem parte do Grupo Altice, incluindo não apenas as subsidiárias da PT Portugal, mas também as subsidiárias do Grupo Altice que não são participadas pela PT Portugal, as empresas associadas e outras entidades

consideradas como partes relacionadas pela Altice, foram consideradas como partes relacionadas da Empresa.

A Fundação tem créditos a receber e dívidas a pagar a partes relacionadas incluídas em rubricas do ativo e do passivo. A natureza e o detalhe dos principais saldos com partes relacionadas em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são conforme segue:

							euros
							2021
	Outros créditos a receber (Nota 8)	Total de créditos a receber	Fornecedores de investimento (Nota 8)	Fornecedores (Nota 8)	Credores por acréscimos de gastos (Nota 11)	Outras dívidas a pagar (Nota 8)	Total de dívidas a pagar
MEO	2.023.000	2.023.000	9.670	357.923	683	137.379	505.655
PT Contact	-	-	-	3.428	2.691	-	6.119
ACS	-	-	-	267	-	-	267
	2.023.000	2.023.000	9.670	361.618	3.374	137.379	512.041

							euros
							2020
	Outros créditos a receber (Nota 8)	Total de créditos a receber	Fornecedores de investimento (Nota 8)	Fornecedores (Nota 8)	Credores por acréscimos de gastos (Nota 11)	Outras dívidas a pagar (Nota 8)	Total de dívidas a pagar
MEO	918.000	918.000	320	150.761	1.243	171.321	323.645
PT Contact	-	-	-	5.631	5.687	-	11.318
ACS	-	-	-	307	-	-	307
Altice Labs	-	-	-	3.155	-	-	3.155
	918.000	918.000	320	159.854	6.930	171.321	338.425

A natureza e o detalhe das principais transações com partes relacionadas em 2021 e 2020 são conforme segue:

					euros
					2021
	Subsídios à exploração (Nota 13)	Subsídios e donativos concedidos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal (Nota 16)	
MEO	3.898.000	(556.732)	(259.100)	-	-
PT Contact	-	-	(21.180)	-	-
PT Portugal	1.000	-	-	-	-
Altice Labs	1.000	-	(20.006)	-	-
ACS	-	-	-	(1.701)	(1.701)
	3.900.000	(556.732)	(300.287)	(1.701)	

					euros
					2020
	Subsídios à exploração (Nota 13)	Subsídios e donativos concedidos	Fornecimentos e serviços externos	Gastos com o pessoal (Nota 16)	
MEO	3.428.000	(1.037.599)	(308.387)	-	-
PT Contact	-	-	(37.971)	-	-
PT Portugal	1.000	-	-	-	-
Altice Labs	1.000	-	(15.055)	-	-
ACS	-	-	-	(1.879)	(1.879)
	3.430.000	(1.037.599)	(361.413)	(1.879)	

22. Outros assuntos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, foram registados gastos com auditoria e revisão legal de contas no montante de 12.300 euros, incluindo IVA, em ambos os exercícios.

23. Eventos subsequentes

A realização da dotação anual aprovada para 2021 não ficou concluída nesse ano, tendo o montante remanescente de 2.023.000 euros (Nota 8) transitado para o exercício de 2022.

À data de aprovação das demonstrações financeiras, informamos que foram entregues pela MEO os montantes de 550.000 euros em janeiro de 2022 e 450.000 euros em fevereiro de 2022, reduzindo o valor em dívida, relativo à dotação anual aprovada para 2021, para 1.023.000 euros.

Em fevereiro de 2022, teve início um conflito militar entre a Rússia e a Ucrânia. A Fundação não tem atividade nos países diretamente envolvidos no conflito, estando, no entanto, exposta aos efeitos indiretos resultantes da guerra, nomeadamente as pressões inflacionistas que já se vinham a fazer sentir antes do início do conflito militar e que se intensificaram desde então.

De acordo com a legislação em vigor e os estatutos da Fundação, propõe-se a transferência do resultado líquido positivo apurado em 2021, no montante de 655.112 euros, para resultados transitados.

INFORMAÇÕES ÚTEIS

FUNDAÇÃO ALTICE PORTUGAL

Av. Fontes Pereira de Melo, 40, 1069 – 300 Lisboa

Pessoa Coletiva de Utilidade Pública

NIF | 506 421 104

T | 215 003 500

E | fundacao@telecom.pt

Site | fundacao.telecom.pt

NÚCLEO MUSEOLÓGICO DE VILAR

Rua Alberto Moreira, 4485-766 Vilar

T | 229 271 643

PROJETOS FUNDAÇÃO ALTICE

PROGRAMA INCLUI

Linha Apoio | 800 206 206 (dias úteis 09h às 18h)

E | programa-inclui@telecom.pt

COMUNICAR EM SEGURANÇA

E | comunicaremseguranca@telecom.pt

KHAN ACADEMY PORTUGAL

E | khanacademy@telecom.pt

Site | pt-pt.khanacademy.org

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Exmos. Senhores Acionistas da
Fundação Altice Portugal (a “Entidade”)

De acordo com o disposto na alínea g) do número 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, cumpre-nos, na qualidade de Fiscal Único da Fundação Altice Portugal, apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora, bem como o parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta apresentados pela Gerência/pelo Conselho de Administração, relativamente ao ano findo em 31 de dezembro de 2021.

Através de contactos estabelecidos com a Gerência/o Conselho de Administração, bem como de esclarecimentos e de informação recolhida junto dos serviços competentes, informámo-nos acerca da atividade da Entidade e da gestão do negócio desenvolvida e procedemos à verificação da informação financeira produzida ao longo do ano findo em 31 de dezembro de 2021, efetuando as análises julgadas convenientes.

Averiguámos a observância da Lei e dos Estatutos da Entidade, procedemos à verificação da regularidade da escrituração contabilística e da respetiva documentação de suporte, verificámos se as políticas contabilísticas adotadas pela Entidade e as divulgações incluídas no Anexo conduzem a uma correta representação do património e dos resultados e levámos a cabo outros procedimentos julgados necessários nas circunstâncias.

Após o encerramento das contas apreciámos os documentos de prestação de contas, nomeadamente, o relatório de gestão, elaborado pela Gerência/pelo Conselho de Administração, bem como as demonstrações financeiras, apresentadas que compreendem o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, demonstração das alterações nos fundos patrimoniais, a demonstração dos fluxos de caixa, e o correspondente anexo.

Procedemos ainda à emissão da respetiva Certificação Legal das Contas, **sem reservas, sem ênfases e sem outras matérias**, decorrente do exame realizado.

No âmbito das nossas funções e tendo por base a documentação e os esclarecimentos obtidos concluímos que:

- a) As demonstrações financeiras permitem uma adequada compreensão da posição financeira, do desempenho financeiro e fluxos de caixa da Entidade;
- b) As políticas contabilísticas adotadas e as divulgações efetuadas são adequadas; e,
- c) O relatório de gestão apresenta a evolução dos negócios e da situação da Entidade, em conformidade com as disposições legais e estatutárias.



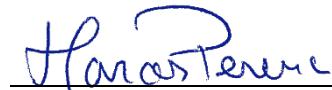


Em resultado do trabalho desenvolvido somos de parecer que a Assembleia-Geral Anual da Entidade aprobe:

- a) O Relatório de Gestão e as Contas referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2021;
- b) A proposta de aplicação de resultados contida no mencionado Relatório de Gestão.

2 de junho de 2023

O FISCAL ÚNICO



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
António Marcos Tavares Pereira
(ROC n.º 1953 e registado na CMVM com o n.º 20210012)

KPMG & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
Edifício FPM41 - Avenida Fontes Pereira de Melo, 41 - 15.º
1069-006 Lisboa - Portugal
+351 210 110 000 | www.kpmg.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Fundação Altice Portugal** (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 4.327.397 euros e um total de fundos patrimoniais de 2.654.669 euros, incluindo um resultado líquido de 655.112 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da **Fundação Altice Portugal** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;



- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e,
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

2 de junho de 2023



KPMG & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
(n.º 189 e registada na CMVM com o n.º 20161489)
representada por
António Marcos Tavares Pereira
(ROC n.º 1953 e registado na CMVM com o n.º 20210012)